



Universidades Lusíada

Fernandes, Ricardo Cabral

Portugal entre a Europa e o Atlântico

<http://hdl.handle.net/11067/2482>

<https://doi.org/10.34628/3spp-4p41>

Metadados

Data de Publicação	2014
Resumo	Portugal, ao longo da sua História, e sua respectiva política externa, sempre se deparou entre a ontinentalidade e a maritimidade, entre a Europa e o Oceano Atlântico. Com o alargamento para Leste da União Europeia, Portugal assumiu uma posição de Estado-membro periférico. Este artigo pretende dar um pequeno contributo de como Portugal pode conciliar a sua vertente continental de pertença à UE com a sua vertente atlântico, bem como as suas relações com países lusófonos, como Angola, contribuindo...
Palavras Chave	Portugal - Relações externas
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 10 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T14:27:41Z com informação proveniente do Repositório

PORTUGAL ENTRE A EUROPA E O ATLÂNTICO

Ricardo Cabral Fernandes
rcabralfernandes@gmail.com

Resumo: Portugal, ao longo da sua História, e sua respectiva política externa, sempre se deparou entre a continentalidade e a maritimidade, entre a Europa e o Oceano Atlântico. Com o alargamento para Leste da União Europeia, Portugal assumiu uma posição de Estado-membro periférico. Este artigo pretende dar um pequeno contributo de como Portugal pode conciliar a sua vertente continental de pertença à UE com a sua vertente atlântico, bem como as suas relações com países lusófonos, como Angola, contribuindo para tal a sua participação em organizações como a NATO e CPLP.

Palavras-chave: Portugal / ponte / Europa / Atlântico / CPLP / NATO

Abstract: Portugal, throughout its history, and its foreign policy, was always faced with being between a continent and a sea, between Europe and the Atlantic Ocean. With the extension to the Eastern Europe, Portugal assumed a position of peripheral Member State. This article aims to give a small contribution to how Portugal can conciliate their continental aspect of belonging to the EU with its Atlantic side, as well as its relations with Portuguese-speaking countries, such as Angola, contributing to their participation in organizations such as NATO and CPLP.

Keywords: Portugal / bridge / Europe / Atlantic / CPLP / NATO

A União Europeia enfrenta inúmeros desafios no início do século XXI, desde a crise económico-financeira, passando pelo alargamento a Leste, até à dependência energética perante a Federação Russa. Assistiu-se a um afastamento marítimo face ao alargamento da UE para o leste europeu. Portugal tornou-se, assim, num Estado-membro periférico perante a transferência do epicentro europeu para Leste. É, portanto, necessário repensar o posicionamento de Portugal, tanto no seio da UE como no seu relacionamento com o Atlântico Sul, nomeadamente Angola e os restantes países lusófonos.

Portugal sempre foi uma nação confrontada com duas realidades distintas: a continental e a marítima. A continental pela natural posição geográfica e, mais tarde, pela integração na União Europeia; por outro lado, a vertente marítima caracteriza-se pelos Descobrimientos, Império português e pela pertença à NATO e CPLP. A História da política externa Portuguesa caracteriza-se pelo confronto entre a escolha continental e a marítima. No entanto, estas duas realidades já não pressupõem no século XXI um confronto, mas antes uma reconciliação de forma a tornar Portugal essencial numa estratégia marítima e de segurança energética da UE.

O século XXI será marcado por uma disputa intensa pelo controlo de recursos naturais pelas maiores potências do sistema internacional. Com o crescimento económico intenso - principalmente dos países em desenvolvimento como a China, Índia e Brasil - e o crescimento demográfico, a pressão sobre os recursos aumentará significativamente, visto sem recursos o sistema internacional económico e financeiro não se poder manter.

É neste contexto que se assiste a uma nova ordem energética emergente no Atlântico Sul capaz de contrabalançar a influência energética dos Estados do Médio Oriente e da Federação Russa. Nos últimos anos foram descobertas importantes jazidas em *offshore* de recursos energéticos em Angola, Golfo da Guiné, Brasil, entre outros. Com base nestas descobertas o Atlântico Sul poderá tornar-se numa importante plataforma para o fluxo de energia, com o conseqüente intensificar das rotas energéticas e comerciais. Portugal poderá beneficiar destes desenvolvimentos devido à sua excelente posição geográfica, no centro da bacia atlântica e no cruzamento de três continentes. A somar-se a todas as descobertas energéticas assiste-se também à ampliação do canal do Panamá e ao projecto ferroviário chinês entre as duas margens da Colômbia. O Atlântico Sul assumirá uma importância geoestratégica de relevo no plano internacional.

Não devemos ter ilusões. Portugal não voltará a ser uma potência marítima, tal como foi no passado. No entanto, poderá ser a porta de entrada de recursos energéticos passando pelo e provenientes do Atlântico Sul, reduzindo a dependência energética dos Estados-membros da Europa central face à Federação Russa, tal como ficou demonstrado na recente crise da Ucrânia. Para tal, a extensão da Zona Económica Exclusiva (ZEE) - processo que se encontra em curso - aumentará a jurisdição portuguesa sobre território marítimo numa área comparável à da Índia, o que em articulação com os arquipélagos da Madeira e Açores,

e respectivos portos nacionais, possibilitará a ligação com as rotas energéticas e comerciais, bem como a exploração de minérios no subsolo ou mesmo de recursos petrolíferos. Ao se optar pelo mar e energia, Portugal terá a oportunidade de aproveitar a sua posição geoestratégica e os seus portos para criar riqueza e, assim, combater a actual crise económico-financeira em que se encontra. Em contraponto, para que tal viragem alcance o sucesso é necessária uma soma avultada de investimento na reestruturação dos portos portugueses bem como numa frota mercante, além das respectivas necessidades securitárias desempenhadas pela Marinha portuguesa. Na atracção de investimento a aliança portuguesa com os EUA e os interesses nacionais alemães em romper com a dependência energética podem desempenhar um papel relevante.

Mas além das vantagens geoestratégicas, Portugal também pertence à NATO e a CPLP, duas organizações atlânticas por natureza. Ora, enquanto que a NATO é uma organização de segurança, a CPLP é uma organização de cooperação de todos os países falantes da língua portuguesa. Portugal pertence, portanto, a três organizações internacionais com interesses e objectivos diferentes, mas que podem convergir: a NATO como organização de segurança no Atlântico Sul com o objectivo de proteger as rotas marítimas de ameaças, como é o caso da pirataria no Golfo da Guiné; a CPLP como organização de cooperação e aprofundamento das relações entre Portugal e os países lusófonos, como é o caso de Angola, produtor de petróleo; e a UE ao encetar relações económicas e técnicas com os países lusófonos através das relações diplomáticas e geográficas de Portugal com os mesmos, bem como a provável capacidade de diversificar os fornecedores de energia. Além das condições geográficas, Portugal possui os meios diplomáticos para aplicar uma estratégia no Atlântico Sul que beneficie a Europa e os países regionais produtores de petróleo, como Angola.

Dito isto, importa referir a importância da NATO e CPLP – e a cooperação entre si – na segurança marítima para a protecção das rotas no Atlântico Sul, mesmo que este seja um oceano aberto, logo sem os problemas de estrangulamento que caracterizam os fluxos energéticos de outras regiões do globo, como o Estreito de Ormuz.

A CPLP é actualmente um importante mecanismo de cooperação estratégica multidimensional para a segurança e desenvolvimento dos seus Estados-membros. Ora, estes – como Angola e Cabo Verde – possuem vastas plataformas marítimas com inúmeras riquezas. No entanto, encontram-se debilitados no desenvolvimento naval para explorarem esses mesmos territórios, o que possibilita a pirataria e outras práticas ilícitas. Perante este facto, a NATO, utilizando a posição diplomática privilegiada portuguesa, deve continuar a cooperar com a CPLP no âmbito da cooperação técnico-militar com o objectivo de aumentar segurança marítima, como o combate à pirataria no Golfo da Guiné demonstra; enquanto que a UE deve investir na cooperação na técnico-científica para fornecer a esses mesmos países as técnicas e instrumentos para explorarem os seus próprios recursos da forma mais eficaz e com o mínimo de riscos ambientais possíveis.

Importa realçar o nexus segurança-desenvolvimento. Sem segurança não pode haver desenvolvimento; e sem desenvolvimento não pode haver seguran-

ça. Ao se garantir a segurança dos territórios marítimos possibilita-se a exploração dos recursos naturais desses territórios, o que permitiria investir as verbas provenientes das vendas energéticas no desenvolvimento económico, político e social nos respectivos países através de políticas públicas sustentáveis. Os países produtores de energia devem desde o início optar por uma estrutura económica que não dependa apenas da exportação de energia, mas também da produção de produtos e serviços, criando emprego e desenvolvimento sustentável no futuro. Em suma, riqueza distribuída da melhor forma possível.

Angola é um caso claro de um país em desenvolvimento, possuidor de vastos recursos energéticos e minerais, que tem a oportunidade de diversificar a sua estrutura económica, salvaguardando o futuro, e de contrariar a apelidada “maldição dos recursos”. Além dos recursos angolanos é importante referir que a segurança marítima é essencial para Angola proteger os seus interesses nacionais mais prementes, pois 95% do seu comércio externo faz-se através da via marítima, além da sua indústria de extracção de petróleo no *offshore* significar 70% do seu PIB, segundo dados da Comissão Cultural da Marinha. Além da vertente económica, é importante para Angola garantir a segurança marítima se se quiser assumir como potência regional na África Austral, pois permite-lhe projectar o seu poder através do mar, essencial para um Estado costeiro.

A CPLP é um instrumento de política externa essencial tanto para a política externa portuguesa como para a angolana, pois possibilita o fortalecimento das relações diplomáticas, económicas e militares entre si, bem como com outras organizações internacionais, como é o caso da União Europeia e NATO. Com o incrementar e fortalecimento de relações diplomáticas vêm novas perspectivas de desenvolvimento.

Com a presente exposição podemos afirmar que Portugal é essencial para fazer a ponte entre a Europa e o Atlântico Sul, nomeadamente com Angola, devido à sua especial posição geoestratégica bem como ao seu singular património histórico e cultural. Podemos também afirmar através de uma análise histórica que sempre que Portugal se virou para o mar prosperou; ao invés, sempre que se virou para o continente, definiu. Ora, esta análise pressupõe um confronto entre as duas realidades, mas no século XXI, e tal como a presente exposição tentou demonstrar, Portugal ganha mais em conjugá-las do que se simplesmente escolher apenas uma das realidades. O Atlântico Sul está gradualmente a ganhar importância no sistema internacional e Portugal deve desenvolver uma estratégia realista para aproveitar ao máximo os novos desenvolvimentos.

Portugal deve encitar esforços para aprofundar a estratégia marítima definida na Política Marítima Integrada de 2007 com o intuito de alterar o actual estatuto de Estado-membro periférico para um de Estado-membro central no panorama geral da União Europeia, promovendo um reajustar da balança entre o continente e o mar no seio da organização europeia. Em simultâneo, Portugal deve fortalecer as relações com Angola numa perspectiva de igualdade e não de subalternização, reavivando a parceria estratégica.

Referências bibliográficas:

BERNARDINO, Luis Manuel Brás (2011). “A segurança marítima no seio da CPLP: contributos para uma estratégia nos mares da lusofonia”. *Nação e Defesa* n°128. Pp. 41-65. Lisboa: IDN.

LOURENÇO, Armado Jorge Pereira (2011). “Dimensão Marítima da Segurança no Atlântico: Desafios e Oportunidades para os Países da CPLP”. *Nação e Defesa* n°128. Pp. 29-40. Lisboa: IDN.

MANUELITO, Ana Cláudia (2012). “Maritimidade e continentalidade: o Portugal híbrido”. *IDN Brief* Maio 2012. Disponível em www.idn.gov.pt/index.php?mod=1341&cod=35#sthash.j8zmCP1L.dpbs.

SILVA, António Costa (2012). “Portugal: país arquipélago. Contributo para a definição de um conceito estratégico para o século XXI”. *Relações Internacionais* n°35. Pp. 119-136. Lisboa: Edições Tinta-da-China.